

# Caxias e Osório



*Nilson Vieira Ferreira de Mello\**

**Resumo:** Sem os rigores da historiografia e outras disciplinas afins às vidas e obras desses dois eminentes brasileiros, o artigo desenvolve o paralelo entre as atribuições de Caxias e Osório para o engrandecimento do Brasil, ressaltando-lhes as semelhanças e diferenças de atributos e de personalidades.

**Palavras-chave:** Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias. Manoel Luís Osório, Osório.

O século XIX foi, no Brasil, um tempo de agitação e de mudanças. Fatos históricos importantes, entre os quais a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, a declaração da independência, a abolição do regime de trabalho escravo e, finalmente, a proclamação da República, geraram profundas conseqüências, que sacudiram o país internamente e repercutiram no quadro internacional.

Assim, a consolidação da independência e a manutenção da unidade nacional exigiram ingentes esforços e não poucas lutas. Desordens, movimentos contestatórios, alguns de índole republicana, outros claramente separatistas, explodiram em diversas províncias, exigindo ações militares, como a rebelião dos balaios no Maranhão,

as revoluções liberais ocorridas no período regencial, em São Paulo e em Minas Gerais, e a Guerra dos Farrapos, no Sul do País.

Ao fazer-se independente, o Brasil herdou as questões suscitadas pelo tradicional antagonismo das potências ibéricas, agravado pelo expansionismo bandeirante nas plagas sul-americanas. Essas questões tornavam-se críticas toda vez que os nossos interesses no Prata chocavam-se com os dos nossos vizinhos. Disso resultou uma série de envolvimento brasileiros naquela região, que culminou com a Guerra do Paraguai.

Esse clima de efervescência serviu de cenário para as ações magníficas de Caxias e de Osório, atores principais dos episódios bélicos da manutenção da unidade e da soberania do Brasil, na fase crítica de afirmação da identidade nacional. As comemora-

\* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

ções do bicentenário do nascimento de Caxias tornam difícil, para mim, neutralizar a natural tendência de velho soldado de ver o lado heróico e legendário das figuras de Caxias e de Osório. Vivi a vida militar nessa atmosfera de devoção àquelas figuras excepcionais, mas mesmo assim procurarei traçar, com algum sentido crítico, um paralelo entre as contribuições de um e do outro ao engrandecimento da Pátria, ressaltando suas semelhanças e diferenças de atributos e de personalidade. Fica para alguém mais qualificado estudar comparativamente, com os rigores da historiografia e de outras disciplinas afins, as vidas e as obras desse dois eminentes brasileiros.

Caxias e Osório são contemporâneos. O primeiro nasceu em 1803 e faleceu em 1880; com 77 anos; Osório veio ao mundo em 1808 e o deixou em 1879, na idade de 71 anos. Portanto, as existências de ambos correram paralelas ao longo de quase todo o século XIX, que poderemos chamar de a era da monarquia no Brasil.

Luiz Alves de Lima e Silva descende de uma longa estirpe de militares ilustres. Pinto de Campos, na biografia que dele fez quando Caxias ainda vivia, cita nominalmente 11 generais em três gerações, e acrescenta que, só na Guerra do Paraguai, morreram-lhe em combate cinco primos, inclusive um, no posto de tenente-coronel, morto a espada em Avaí, à testa da unidade que comandava. Seu pai, o Marechal-de-Campo Francisco de Lima e Silva, foi membro da regência trina, constituída após a abdicação de Pedro I, em 1831. Antes, em 1824, comandara o Exército imperial contra a Confederação do Equador, em Pernambuco.

Durante oito anos pai e filho tiveram assento no Senado, fato inédito que, presumo, jamais se repetiu.

Caxias nasceu no município fluminense que hoje tem o seu nome, mas viveu sua adolescência na cidade do Rio de Janeiro, então sede da Corte. Absorveu pois, desde cedo, uma visão mais abrangente do País, contida no conceito de Nação, no qual não vicejavam sentimentos regionalistas e provincianos. Talvez venha daí sua devoção à unidade nacional e seu empenho em pacificar os movimentos rebeldes que ameaçavam comprometê-la.

O menino Luiz Alves foi levado pelo seu pai, na época tenente de infantaria, para assentar praça como cadete no regimento daquela arma, comandado pelo seu avô paterno. O ingresso precoce na carreira militar era antiga tradição européia de que se beneficiavam os filhos da nobreza e de famílias de militares importantes. Aos 15 anos incompletos, matriculou-se na Real Academia Militar, onde fez o curso de infantaria, bem como o segundo e terceiro anos do curso matemático, dela saindo tenente daquela Arma, designado para servir no 1º Batalhão de Fuzileiros.

Osório nasceu em Conceição do Arroio, então pequena vila das remotas plagas sulinas, disputadas pelas armas por espanhóis e portugueses e seus descendentes. Os limites entre as possessões de uns e de outros ora passavam pelo Golfo de Santa Catarina, como rezava o Tratado de Tordesilhas, ora pela foz do Rio da Prata, onde chegara o expansionismo lusitano, que lá plantara a Colônia do Sacramento. Nesse imenso território, que os bandeirantes cha-

mavam de Vacaria do Mar, iria o menino Manuel Luís desenvolver suas aptidões de cavaleiro, sua rusticidade e seu espírito de iniciativa. Seu pai, também Manuel Luís mas de sobrenome Silva Borges, era de origem açoriana. Viera do remoto arquipélago no Atlântico, como ocorrera com numerosas outras famílias, para colonizar a posse portuguesa, já que, na metrópole, faltavam homens válidos para humanizar o vasto império lusitano, espalhado pelos quatro cantos do mundo pela grande aventura das navegações e descobrimentos. Silva Borges fora soldado de milícia e chegara a furriel, mas desavença com superior acarretou-lhe punição injusta. Para fugir do castigo, desertou e foi bater em Conceição do Arroio, onde encontrou abrigo na casa dos Osórios. Em sinal de reconhecimento, batizou o filho com seu próprio nome, Manuel Luís, mas com o sobrenome da família que generosamente o acolhera e em cujo seio contraíra matrimônio. Mais tarde, chegaria a tenente-coronel, mercê de destacadas atuações nas campanhas pela afirmação da posse nas plagas meridionais. O menino ouvia do pai histórias dessas lutas, narradas para despertar nele pendor pela carreira das armas, única forma de se obter educação formal naqueles longínquos confins. Mas o filho, dotado de aguda inteligência e inesgotável curiosidade, tinha fome de saber. Sonhava com a possibilidade de instruir-se num centro mais adiantado e, tal como Napoleão, não queria ser soldado. Silva Borges, porém, não desistia do seu intento e levava o filho consigo nas freqüentes campanhas daqueles tempos turbulentos. Como educação, oferecia ao adolescente os exem-

plos de suas virtudes cívicas e militares e lições de primeiras letras, contratadas com o modesto sapateiro da localidade.

Nesse ponto, ressaltam já semelhanças e diferenças nos rumos traçados pelo destino para um e para o outro. Caxias nasceu soldado, tal a influência que recebeu de uma família de ilustres militares. O ambiente em que viveu na infância e na adolescência oferecia-lhe a convivência com os grandes do Império, através da qual adquiriu o sentimento de unidade nacional e o conhecimento dos grandes problemas do País. Na Corte, pôde ter uma formação em humanidades adequada, complementada por quatro anos de curso superior na Academia Real Militar. Socialmente, sua educação seguiu os costumes de contenção, discrição e urbanidade em voga na época.

Osório, ao contrário, nasceu nas vastidões sulinas, escassamente humanizadas e constantemente assoladas por correrias guerreiras. A civilização pouco penetrara aquelas terras longínquas, onde campeava o gado selvagem, fugido das antigas missões jesuíticas. Os panoramas sem horizontes ensinavam ao menino Manuel Luís lições de liberdade e mostravam-lhe a necessidade de contar consigo mesmo para livrar-se de situações difíceis. As constantes lutas, tanto para afastar invasores e ladrões de gado das propriedades particulares quanto para manter o território conquistado aos *castellanos*, desenvolviam, nos habitantes daquelas ínvias paragens, a índole guerreira e o amor ao rincão natal. O convívio social fazia-se no galpão da estância, onde desenvolvia-se a arte da conversa pitoresca, salpicada de casos de valentia e de ane-

dotas galantes. A educação resumia-se na transmissão oral de conhecimentos práticos, ligados às lides rurais. Poucos, muito poucos, logravam alfabetizar-se naquela terra sem escolas. Manuel Luís absorveu todos esses influxos do meio, mas conservou sempre seu desejo de saber mais, espicaçado por uma aguda inteligência, o que iria lhe permitir exercer, com brilho, importantes cargos e comissões.

Contudo, tanto Caxias como Osório criavam-se para atividades ligadas ao desejo de *servir*, desprezando aquelas outras centradas em objetivos egoísticos de enriquecimento e de conforto pessoal.

Sete de setembro de 1822.

Do Ipiranga ecoa pelo País o grito da independência. Ouvem-no com alegria os patriotas e com amargura ressentida os adeptos da ex-metrópole. Estes, particularmente na Bahia e na Cisplatina, iriam oferecer resistência armada ao rompimento dos laços que nos ligavam a Portugal. A Independência não se faria sem luta e sem sangue, como pensam alguns.

O Tenente Luiz Alves de Lima e Silva servia na Corte, no 2º Batalhão de Caçadores em que se transformara o 1º de Fuzileiros, unidade para a qual fora designado após os quatro anos do curso da Academia Real Militar. Em janeiro de 1823, D. Pedro, já então imperador, empolgado com os sucessos do Ipiranga, decide criar uma tropa de elite. Manda formar, no Campo de Santana, a guarnição do Rio de Janeiro, e vai pessoalmente escolher aqueles que irão compor o Batalhão do Imperador, cujo comando é entregue ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio

do Tenente Luiz Alves. Essa unidade logo é enviada para a Bahia para sufocar a resistência que as forças portuguesas, comandadas pelo General Madeira, opunham ao processo de emancipação do Brasil. Em combate, o jovem oficial, de apenas 20 anos de idade, vai mostrar virtudes militares valiosas, merecendo do seu comandante citações honrosas, uma das quais dizia, textualmente: “Nos dias de fogo, comparecia nos lugares de maior perigo, mostrando sua exemplar bravura.” No dia 2 de julho de 1823, o General Madeira, derrotado, embarca para Portugal. Estava a Bahia integrada à comunidade nacional, após prolongada luta, começada ainda em fevereiro de 1822, quando, reagindo à atitude do príncipe D. Pedro de desatender à ordem das Cortes de Lisboa de voltar para Portugal, Madeira depusera em Salvador as autoridades legais e as substituíra por uma junta governativa.

No Uruguai, então Província Cisplatina, tropas portuguesas mantinham-se fiéis a Lisboa. Para subjugá-las, patriotas reuniram-se no Rio Grande do Sul. O pai de Osório, embora já então retirado da vida militar no posto de tenente-coronel, apresentou-se no seu regimento e levou consigo o filho, com apenas 14 anos de idade. Marchou o exército de patriotas para Montevidéu, em cujas proximidades travou-se o combate do Arroio Miguelete. Aí ocorreu o batismo de fogo do adolescente Manuel Luís, que assim se fazia soldado quando o Brasil se tornava independente. No ano seguinte, em 23 de maio, regularizou a sua situação militar assentando praça na cavalaria da Legião de São Paulo, primeira organização

militar brasileira a combinar infantaria e cavalaria em uma mesma estrutura.

A paz, após a guerra da Independência, não seria duradoura. Na Província Cisplatina, incorporada ao Império brasileiro desde 18 de novembro de 1823, novo foco de intranqüilidade iria surgir. Em abril de 1825, partindo da margem argentina do Rio Uruguai, Lavalleja, com 32 compatriotas, desembarcou em território oriental. Esse pequeno efetivo foi logo crescendo com a incorporação de patriotas uruguaios, inclusive com a adesão de oficiais e soldados orientais a serviço do Brasil. A derrota brasileira em Sarandi provocou a convocação do congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata, o qual declarou, em 25 de outubro de 1825, a incorporação da Cisplatina à República. D. Pedro I considerou essa deliberação ato afrontoso à dignidade nacional. Era a guerra, que logo iria se tornar impopular devido à oposição política interna e pela falta de afinidades culturais dos brasileiros, de um modo geral, com os habitantes da distante província, artificialmente acrescida ao Império. Assim, a Campanha Cisplatina caracterizou-se por uma sucessão de derrotas, entremeadas com algumas vitórias, culminando com uma batalha indecisa, travada em território brasileiro, no Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 (*Ituzaingó*, para os platinos). A guerra ainda arrastou-se por mais ano e meio, ao cabo do qual, com a mediação da Inglaterra, firmou-se a Convenção de 27 de agosto de 1828. O Brasil e as Províncias Unidas renunciavam à posse do território disputado, tornado soberano sob o nome de

República Oriental do Uruguai e cuja independência os países signatários garantiriam.

O capitão Luiz Alves tomou parte na Campanha Cisplatina e fez-se notar em algumas missões, entre as quais uma ousada ação noturna para dominar e prender a guarnição de uma embarcação que, em incursões piratas, interceptava nossos navios de transporte de víveres e munições, causando-nos grandes prejuízos operacionais.

A campanha de 1825 iria frustrar definitivamente o desejo de Osório de ter uma educação formal. Se, na infância, seu primeiro professor fora o sapateiro da aldeia, daquele momento em diante seria a vida – a grande mestra – que assistida por sua prodigiosa inteligência, iria capacitá-lo ao exercício dos mais difíceis encargos. A caminho de Montevidéu, ei-lo integrando as hostes do bravo Bento Manuel. Em Sarandi, o esquadrão ao qual Osório pertencia carregava contra os quadrados da infantaria uruguaia. De súbito, no calor do entrevero, foi cercado e ameaçado de completa destruição. Poucos conseguiram escapar, entre os quais o jovem Manuel Luís, que abriu passagem a golpes de sabre. Bento Manuel, que também se safara, indaga aos que o cercavam, já ao cair da noite: “Vem salvo o alferes Osório?” Respondem-lhe: “Vem.” Ao que o guasca dos pampas acrescenta: “Hei de dar-lhe a minha lança porque ele, estou certo, a levará mais longe do que eu.”

Essa lança, com haste de madeira ataviada de prata, é a mesma que o comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência), quando essa unidade estava aquartelada no Rio de Janeiro, mandava buscar no Museu Histórico

Nacional para, com ela, prestar continência diante da estátua de Osório, na Praça XV de Novembro, na bela cerimônia cívico-militar do 10 de maio, que anualmente ali se realizava.

Durante as agitações que precederam a abdicação de Pedro I e as que se prolongaram na Regência, Luiz Alves de Lima e Silva teve atuação destacada. O poder definido e legítimo do imperador foi, subitamente, substituído por um governo exercido por homens que, para a maioria dos brasileiros, não tinham legitimidade. No ambiente de indefinição política, o tumulto generalizou-se e contaminou a instituição militar, instalando nela a indisciplina. Vários corpos tiveram de ser dissolvidos, gerando um agudo sentimento de insegurança no Rio de Janeiro. Foi então que, por iniciativa do Major Luiz Alves, organizou-se uma unidade constituída de quatrocentos oficiais para manter a ordem na cidade. Caxias foi eleito seu sub-comandante, apesar de integrarem-na companheiros de maior patente. Na sedição republicana ocorrida em abril de 1832, chefiada pelo Major Miguel de Frias, companheiro de Caxias na Academia Militar, o então Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó, determinou que o Major Luiz Alves de Lima e Silva, com a tropa de oficiais soldados do Batalhão Sagrado, fosse ao Campo de Santana e dispersasse os sediciosos. Lima e Silva obedeceu e, após rápido combate (que nem por isso deixou de ser sangrento, pois nele morreram doze revoltosos), desbaratou os rebelados. Miguel de Frias conseguiu fugir, mas Lima e Silva o perseguiu e o encontrou em uma residência, escondido em um dos cômodos da

casa. Frias encarou o colega em silêncio e este, também sem nada dizer, fechou a porta e se retirou.

A mais cruenta das muitas agitações registradas na Regência ocorreu no Maranhão. Sob o aspecto inicial de disputa política entre conservadores, chamados de *cabanos*, e liberais, conhecidos como *bem-te-vis*, logo degenerou em tropelias de bandidos e facínoras, que após saquearem várias localidades, inclusive a cidade de Caxias, a segunda maior da província, ameaçavam a própria capital, São Luís. Era a Balaiada, contra a qual impunha-se agir com presteza, sob pena de o movimento contaminar outras províncias do Norte, o que tornaria a situação sumamente grave, pois no Sul crepitavam as chamas da revolução farroupilha. A solução não tardou: a Regência demitiu o presidente e o comandante das armas do Maranhão e atribuiu o exercício dessas duas funções ao Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, logo promovido a coronel (2 de dezembro de 1839). Iniciava-se, assim, uma série de ações beneméritas de manutenção da unidade nacional que valeriam a Lima e Silva o honroso cognome de Pacificador. Ao assumir o cargo, o novo presidente da província fez uma proclamação na qual frisou sua imparcialidade partidária, requisito para a pacificação: “Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam.”

Em fins de 1835, novamente a província gaúcha foi sacudida por sérios distúrbios, que foram num crescendo até se tornarem o mais grave e duradouro dos muitos que pontilharam o conturbado período da me-

noridade de D. Pedro de Alcântara. Iniciado com as comemorações promovidas pelos liberais ao ensejo da instalação da Assembléia Legislativa provincial, degeneraram em franca rebelião, a qual, alimentada por motivações sociais, econômicas, políticas e até de posicionamento geográfico, transformaram-se na Guerra dos Farrapos, que, durante quase dez anos, ameaçaria gravemente a unidade nacional.

Após numerosas e baldadas tentativas do governo central no sentido de debelar o movimento rebelde, a situação agravou-se. A proclamação da independência da República Rio-grandense, ocorrida em setembro de 1836, ato que contou com a simpatia, se não com o apoio, dos países platinos, alarmou a Corte do Rio de Janeiro. Os farrapos já dominavam toda a província, com exceção das áreas em torno das cidades do Rio Grande, Porto Alegre e São José do Norte. Sentindo-se fortes, decidiram até ampliar o seu domínio, estendendo-o a Santa Catarina, onde contavam com simpatizantes. David Canabarro e Garibaldi, o romântico e legendário aventureiro italiano, que mais tarde iria celebrar-se como o herói da unificação da Itália, lideraram essas incursões e chegaram a proclamar a República Catarinense, de efêmera duração (quatro meses). Estavam as coisas nesse pé quando, em 1840, foi proclamada a maioria de D. Pedro II. O imperador, num esforço pessoal para solucionar a questão, ofereceu aos revoltosos a anistia. Os farrapos porém, confiantes no apoio que recebiam dos vizinhos platinos, recusaram a oferta.

Em 1842, explodiram movimentos liberais nas províncias de São Paulo e de Mi-

nas Gerais, prontamente pacificadas por Lima e Silva, já então Barão de Caxias, título que lhe foi concedido como reconhecimento dos meritórios feitos praticados no Maranhão. Os êxitos alcançados nessas campanhas elevaram o prestígio do jovem marechal de apenas 39 anos de idade, e o apontaram naturalmente como o mais capaz de pacificar o Sul, onde o conflito farrapilha já durava cerca de sete anos.

Em outubro de 1842, Caxias embarcou para o Sul, na qualidade de presidente da província e comandante das armas, levando consigo forças por ele mobilizadas durante sua curta estada no Rio de Janeiro. Seguiram-se mais de dois anos de operações militares, repletas de lances épicos e de sacrifícios inauditos, que não cabem nos limites deste ensaio. Recordem-se, apenas, para realçar o espírito humanitário de Caxias e seu permanente cuidado com a pacificação, dois fatos. O primeiro foi a ordem peremptória mandando cessar a prática, comum a ambos os lados, de sacrificar feridos e prisioneiros sob o pretexto de ser difícil tratá-los e guardá-los, numa guerra de movimento em território de poucos recursos. O outro referia-se ao seu cuidado em desarmar os espíritos, fazendo constantes apelos à união, e em apontar o caudilhismo nos países vizinhos como o verdadeiro perigo, que a todos ameaçava. É disto exemplo a proclamação em que diz:

“Lembra-vos que a poucos passos de vós está o natural inimigo de todos nós, o inimigo da raça e da tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue.

Vede que o estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos estamos enfraquecendo e destruindo.

“Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é nossa mãe comum.”

Em fevereiro de 1845, com a reunião de Poncho Verde, terminava a longa guerra civil, para cuja vitória Caxias tivera de inovar estratégias e táticas, a fim de harmonizá-las com um novo tipo de conflito, baseado em movimentos rápidos e de grande amplitude. Estava terminada a sua benemérita obra de manutenção da unidade nacional e de pacificação, à qual os pósteros tanto devem. Seu prestígio militar atingira níveis altíssimos, e a gratidão do povo gaúcho traduziu-se na eleição do seu nome para representar a província no Senado do Império.

Osório teve, também, participação na campanha farroupilha, integrando, mais uma vez, juntamente com seu velho pai, as hostes de Bento Manuel. Nela conheceria Caxias, que lhe atribuiu algumas missões de confiança, início de uma longa amizade, infelizmente estremecida no fim da vida de ambos, em virtude de mal-entendidos explorados por políticos intrigantes.

Escolhido pelo Imperador em lista tríplice, Caxias assumiu sua cadeira de senador e passou a conviver com políticos, categoria de cidadãos pelos quais não tinha grande apreço. Chamava-os de *casacas*, com a intenção de diferenciá-los dos militares, pois enquanto estes sofriam a rudeza e os riscos das campanhas, aqueles permaneciam no conforto dos seus lares, criticando os que lutavam. De convicções ordeiras

e religiosas, fiel ao regime e ao Imperador, filiara-se ao Partido Conservador, porém não chegara ao Senado como representante dessa facção na província que pacificara, mas sim pela gratidão do povo gaúcho. Movia-lhe, também, o desejo legítimo de ter maior participação nos negócios do Estado, através da qual colheu experiência para exercer, mais tarde e por três vezes, a chefia do gabinete ministerial. Antes, porém, teria de empunhar novamente a espada, não mais para conter desavenças entre patrícios, mas para enfrentar ameaças externas, sobre as quais já se manifestara em proclamação aos farrapos.

Osório também foi senador pelo Rio Grande do Sul, assumindo a cadeira em 1877, porém pelo Partido Liberal, do qual era membro de prestígio na sua província natal. Com a queda do gabinete conservador, chefiado por Caxias, em janeiro de 1878, Osório assumiu o cargo de Ministro da Guerra, no qual permaneceria até a sua morte, em outubro do ano seguinte.

Em 1851, tal como alertara Caxias, o caudilhismo de novo tumultuava o Prata. A interferência de Rosas, aliado a Oribe, nas questões entre o Brasil e o Uruguai, somada a interesses franceses e ingleses nos negócios platinos, criava um quadro de intrincadas complicações. Preocupado, o governo imperial determinou, em abril daquele ano, a mobilização e concentração de tropas do Exército na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, e nomeou o Marechal Conde de Caxias presidente da província e comandante da arma, utilizando a mesma fórmula já tantas vezes bem-sucedida.



Quando Caxias chegou a Porto Alegre, encontrou o Exército desorganizado, carente de recursos materiais e desmotivado. Urgia organizá-lo, discipliná-lo, provê-lo e motivá-lo, enfim, dar-lhe condições efetivas de combate. Em agosto, Caxias deu por terminada essa fase de preparação. Tinha sob seu comando Osório, Andrade Neves e João Propício Mena Barreto, juntamente com antigos combatentes farrapos, como Bento Manuel Ribeiro, David Canabarro e até José Mariano de Matos, ex-ministro da República Rio-grandense, agora irmanados para marcharem ombro a ombro, em defesa da pátria comum. Na iminência de entrar no território uruguaio, Caxias fez publicar ordem do dia, da qual extraio os seguintes trechos:

“Soldados! Ides combater a par de bravos amestrados nos combates; esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos d’armas (...).

“Não tendes no Estado Oriental outros inimigos, senão os soldados do General D. Manuel Oribe; e esses mesmos enquanto, iludidos, empunham armas contra os interesses da sua pátria; desarmados ou vencidos, são americanos, são vossos irmãos, e como tais deveis tratá-los.”

Em 5 de setembro, a tropa brasileira seguiu para a região do Rio Negro, onde se daria o encontro com Urquiza, governador de Entre Rios. Enquanto o Exército imperial se deslocava penosamente para o sul, devido às más condições do terreno, a esquadra brasileira separava Rosas de Oribe, o que permitiu a Urquiza apoderar-se de Paissandu e de Salto. Per-

cebendo que as forças de Oribe se enfraqueciam com constantes defecções, o governador entrerriense ignorou o compromisso assumido com Caxias de esperá-lo no Rio Negro. Prosseguiu em busca do aliado de Rosas que, sentindo a aproximação do Exército brasileiro, resolveu capitular. Urquiza assinou com o caudilho uruguaio um documento declarando que não haveria vencedores e nem vencidos e comprometendo-se a pagar as dívidas da guerra. Com esse ato unilateral e, portanto, desleal, Urquiza pretendia aumentar seu prestígio político, afastando os brasileiros do momento da rendição de Oribe. Aliás, ele mesmo declarou que “não poderia consentir que os brasileiros tomassem parte na rendição de uruguaio e argentinos”.

Neutralizado Oribe, assentou-se o plano para derrotar Rosas. As forças imperiais ocupariam a Colônia do Sacramento e destacariam uma divisão para invadir o território argentino, integrando o exército de Urquiza. Para comandar a divisão brasileira, da qual fazia parte o 2º Regimento de Cavalaria, comandado pelo Coronel Osório, Caxias designou o Brigadeiro Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre. Nas imediações de Buenos Aires, o exército aliado encontrou-se com o de Rosas. Travou-se a batalha de Monte Caseros, na qual o ditador argentino foi vencido. Osório e o seu 2º de Cavalaria tiveram papel destacado na batalha que alguns argentinos chamam de Morón.

Terminada essa campanha, doze anos depois surgiria nova e grave ameaça à paz e à estabilidade no Sul do continente. Francisco Solano López, terceiro de uma série

de ditadores paraguaios, que da posição de isolacionismo de Francia evoluíra para uma política de presença na região, pretendia assegurar, para o seu país mediterrâneo, janelas para o comércio mundial. Buenos Aires e Montevideú exerciam precariamente essa função, mas seria altamente conveniente para o Paraguai assegurar acesso incondicional ao estuário do Prata e, quiçá, ao litoral atlântico, ainda que atravessando territórios interpostos de outras soberanias. Embalado por esses sonhos de grandeza, López empenhou-se em promover o fortalecimento militar do seu país. Contratou técnicos e instrutores militares estrangeiros, importou copioso material bélico e ergueu fortificações poderosas ao longo das vias de acesso para o interior do país. Ao cabo de poucos anos, formara um poderoso exército, adestrado e psicologicamente preparado para a guerra. Faltava-lhe, apenas, o pretexto. Este ele o encontrou nas questões entre o governo *blanco* de Montevideú e os brasileiros residentes na Banda Oriental, motivo alegado pelo Império para nova intervenção no Uruguai. López ofereceu seus bons ofícios de mediador ao governo brasileiro. Sendo rejeitado, levou o governo paraguaio a considerar tal procedimento ato de guerra. Iniciou então as hostilidades, aprisionando o navio *Marquês de Olinda* e invadindo o Mato Grosso. Mas, para chegar ao Rio Grande do Sul, pediu ao governo de Buenos Aires autorização para atravessar com sua tropa à província de Corrientes. Negada a licença, López declarou guerra a Buenos Aires.

Em maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, com a adesão do

Presidente Flores, do Uruguai. A ofensiva paraguaia estava em curso e o Brasil, colosso pacifista sempre descuidado da sua segurança, estava despreparado para enfrentá-la. Impunha-se organizar, equipar e instruir um exército de campanha e nomear alguém capaz de comandá-lo. O nome naturalmente indicado seria o de Caxias, nacionalmente conhecido. Porém, razões de política partidária desaconselhavam sua nomeação. Recaiu, então, em Osório a preferência do governo, e ele cumpriria a ingente tarefa de estruturar e adestrar o 1º Corpo de Exército com o inimigo em plena ofensiva. Colocadas as forças brasileiras em pé de guerra, iniciaram-se as operações em território paraguaio com a travessia do Paraná. O comandante-em-chefe dos aliados era Mitre, presidente da Argentina, que queria um general do seu país para liderar a invasão. Osório, porém, insistiu em ter a honra de ser o primeiro a pôr os pés no território do inimigo. Antes de embarcar, em navio de guerra brasileiro, para atravessar o Paraná e desembarcar na margem esquerda do Paraguai, no lugar chamado Barranca do Atajo, fez proclamação na qual dizia: “Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.”

Com uma simples escolta de 12 cavaleiros, Osório foi o primeiro a pisar o solo guarani e iniciou, imediatamente, o reconhecimento do terreno. Feriu-se o combate do Estero Bellaco, enquanto o grosso das forças da Aliança chegavam a Tuiuti e acampavam na parte alta e seca, cercada de pântanos e matas. Nenhum mapa, nem simples croqui, informava os invasores sobre os

rios, as matas, as elevações e os caminhos. Nada, absolutamente nada. Daí por diante, a guerra seria conduzida às apalpadelas, lenta e cautelosamente.

Foi nessas condições que o inimigo lançou o ataque de 24 de maio às posições dos invasores, mais um acampamento do que uma posição defensiva. A batalha de Tuiuti, como esse grande combate passou à história, surpreendeu os aliados. Entende-se por batalha uma operação de grande porte, planejada para se obter vantagens táticas importantes ou estratégicas decisivas. No caso, se houve planejamento, foi dos paraguaios. Do lado dos exércitos da Aliança, a vitória deveu-se principalmente a Osório, que de espada em punho e poncho ao vento, galopou para todos os lados da posição para estimular a resistência.

Osório dava-se bem com Mitre. Conta o Visconde de Ouro Preto, que estando baixo o estoque de carne do Exército argentino, Mitre mandou a Osório um bilhete nestes termos: “Meu caro general e amigo, empreste-me tantos bois, se não vou tomá-los à força, tal a necessidade.” Osório respondeu: “Querido general e amigo, para poupar-me o pesar de destroçá-lo, mandar-lhe-ei os bois de que precisa.”

Na invasão do Paraguai, Osório passou nove horas a cavalo sob chuva inclemente. Quando, à noite, quis descalçar as botas, não conseguiu. Suas pernas inchadas obrigaram o seu bagageiro a cortar o couro molhado com uma faca. Sobreveio-lhe uma inflamação crônica nas pernas que o impediu de usar botas para sempre. Dionísio Cerqueira, em seu livro *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, recorda-o em Tuiuti

montado “em seu belo cavalo de combate, com o largo chapéu de feltro negro [que não era do uniforme], o poncho flutuante deixando ver a gola bordada, a lança de ébano incrustada de prata na mão larga e robusta, o olhar fascinante”.

Essa imponência de Osório em combate é também referida por Taunay, que o conheceu em ação contra os entricheiramentos de Peribebeuí. São palavras do ilustre visconde:

“(…) Aí destacou-se, à frente de todos, (...) um homem só, montado num grande cavalo branco, cujo pelo brilhava à luz do dia como se fora um animal todo de prata. Começou a descer o declive com a maior calma e majestade, embora logo se tornasse alvo de nutrida fuzilaria (...). Perguntei a um soldado de cavalaria que por junto de mim passou: ‘Quem é aquele cavaleiro?’ ‘É o General Osório,’ respondeu-me. E a estas simples palavras de mim se apossou tal frêmito de entusiasmo que quisera estar ao seu lado, ante os olhos de todo o Exército brasileiro.”

Em 1868, o entusiasmo patriótico dos primeiros meses da guerra fora substituído por um desânimo generalizado. No teatro de operações, a longa espera em Tuiuti, estacionamento precário mas ao qual não faltavam o comércio, as vivandeiras, a prostituição e as doenças, infundia a indisciplina e comprometia o moral da tropa. No Brasil, a falta de entendimento entre os chefes militares da Aliança preocupava o governo, enquanto cresciam as despesas com a manutenção da força. No Rio de Janeiro, a imprensa atribuía a um capricho de Pedro II

a continuação da guerra, pois o povo teria abandonado a causa da luta, e o Barão de Cotegipe dizia ao Barão de Penedo, em maio de 1866: “Maldita guerra atrasa-nos meio século!”

É nesse momento crítico, outubro de 1866, que vão buscar o general a quem o governo, em 1864, pedira um plano estratégico para a campanha. Indicado ao Imperador por um gabinete liberal, a nomeação de Caxias tem conotações e consequências políticas interessantes, pois fortaleceu o Exército e deu-lhe certa autonomia em relação ao governo. Essa autonomia persistiu após o conflito, dando ao Exército uma identidade própria, que o distanciava do Trono e o aproximava da Nação. Esse processo iria culminar com a proclamação da República.

A atividade de Caxias para reorganizar o Exército foi intensa. Faltavam cavalos para a cavalaria e muares para os transportes, pois sob o comando de Osório os animais eram mantidos segundo os hábitos gaúchos, vale dizer, valendo-se dos recursos locais. Porém, outros eram os campos paraguaios; em vez da verde relva dos pampas, os animais arrancavam para comer a vegetação das terras alagadas, impróprias para a sua nutrição.

Os dois corpos de exército em operações no Paraguai eram totalmente diferentes em organização e administração, e a disciplina relaxara-se com a longa inatividade em local inóspito. Caxias preocupou-se com a higiene no acampamento para reduzir a mortalidade por doenças, cuidou dos hospitais, da alimentação e da disciplina. Gastou 14 meses para reorganizar, prover, dis-

ciplinar e adestrar a tropa, antes de iniciar operações ofensivas, tudo segundo seu estilo de planejar minuciosamente para agir com segurança.

Seguiram-se os episódios da fase ofensiva da guerra, iniciada com a marcha de flanco para desbordar Humaitá. Nessa fase, Caxias teria uma participação decisiva, ora como comandante-em-chefe das forças brasileiras, nestas incluída a esquadra, ora como generalíssimo de todo o Exército aliado. Realizou a marcha pelo Chaco, após a passagem da esquadra por Humaitá, e não se furtou a exercer liderança direta no combate, quando disto dependia a vitória. Foi assim em Itororó, ao arrastar seus comandados para a ponte ao brado de “Sigam-me os que forem brasileiros”. Dionísio Cerqueira assim descreve esse momento crucial:

“Apertávamos o punho das espadas, e ouvia-se um murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura que abaixou a espada em ligeira saudação aos seus soldados. O comandante deu a voz de ‘firme’! Dali a pouco, o maior dos nossos generais arrojava-se impávido sobre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação da sua glória.”

Francisco Doratioto, no livro *Maldita Guerra*, minuciosa e bem embasada análise da campanha do Paraguai, ao referir-se à atitude de Caxias em Itororó, qualificou-a de “um gesto suicida do qual, surpreendentemente, escapou vivo”.

Na batalha do Avaí, Osório também patenteia sua costumeira calma diante do perigo. Ao transpor o rio, foi imediatamen-

te visado pela metralha paraguaia. Morreu-lhe o cavalo. Montou outro e prosseguiu para ser, logo adiante, gravemente ferido. A bala varou-lhe a face, arrancando-lhe dentes e fraturando-lhe o maxilar. Sem se desesperar, envolveu o queixo com o poncho, passou o comando ao seu substituto e transferiu-se para o seu conhecido cabriolé. Ao recolher-se ao posto de saúde para ter seu ferimento pensado, mandou que seu carro voltasse a percorrer as linhas para dar aos soldados a impressão de que seu querido general ainda estava entre eles. Ocorreu-me lembrar que, em Wagram, o Marechal Massena comandou seu *corp d'armée* sentado na sua caleça e com a perna ferida pousada no banco dianteiro.

Com a série de vitórias da dezembrada (1868), seguida da ocupação de Assunção, Caxias atingira o objetivo estratégico da guerra. Mas, debilitado orgânica e psicologicamente por dois anos de campanha, durante os quais tivera de tomar difíceis decisões, lidar com presidentes e comandantes estrangeiros, suportar os desconfortos das marchas e acampamentos, sua resistência chegara ao fim. Quase setuagenário, sofreu um desmaio quando assistia a um *Te Deum* na catedral de Assunção, ficando desacordado por meia hora. A conselho médico, pediu exoneração do comando e comunicou que estava embarcando para Montevidéu, onde aguardaria a decisão do governo. Na capital uruguaia, encontrou-se com o Conselheiro Paranhos, enviado em missão especial junto às repúblicas do Prata, que lhe transmitiu a concessão da licença para tratamento de saúde no Brasil.

A Guerra da Tríplice Aliança, como todo grande conflito internacional, suscita muitas interpretações, particularmente quanto às ações e atitudes dos chefes militares nela envolvidos. Doratioto, no livro de sua autoria já citado, levanta alguns problemas ocorridos durante o comando de Caxias, como a ordem, mal dada ou mal interpretada, para Osório reconhecer Humaitá, a fuga de López na batalha de Lomas Valentinas e a forma pela qual deixou o comando, após a ocupação de Assunção. E o faz com o rigor de historiador e amparado em ampla pesquisa. Richard Burton, capitão do Exército colonial inglês, aventureiro e diplomata, que teria recebido o título de *Sir* da Rainha Vitória por serviços sigilosos prestados ao *Home Office*, menciona esses mesmos assuntos no livro *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, mas como boatos colhidos no teatro de operações. O mesmo Burton refere-se a Osório como “o homem mais popular e o oficial mais brilhante dos exércitos aliados. Recebeu o título de Barão do Herval porque foi o primeiro a pisar terras do Paraguai”. Mais adiante, acrescenta: Osório “é o único general universalmente amado e respeitado tanto pelos argentinos como pelos brasileiros”.

Num esforço de síntese, diríamos que Caxias foi o formulador, o organizador, o disciplinador, o pacificador, o estadista, enfim, o *estrategista*. Governou províncias e chefiou o gabinete por três vezes, elaborou planos de operações, preocupou-se pioneiramente com os problemas logísticos e, quando a vitória o exigia, era bravo até a temeridade. Foram tantos os seus atributos e virtudes que o vocábulo *caxias* entrou

para o idioma com os significados que o Aurélio assim registra: “1. Diz-se de, ou pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações. 2. Diz-se de, ou pessoa que, no exercício de sua função, exige dos subordinados o máximo rendimento no trabalho e extremado respeito às leis e aos regulamentos.”

Osório, por sua vez, foi o chefe natural que liderava pelo arrojo e pelo exemplo. Próximo de seus subordinados, franco e bem-humorado, desapegado do formalismo e dos rigores dos regulamentos, era contudo disciplinador enérgico quando necessário. Carismático ao ponto de ser idolatrado pelos seus soldados, foi o comandante tático por excelência, cuja bravura todos nele reconheciam. Em suma, era o chefe de Cavalaria idealizado pelos cultores das tradições da Arma.

Caxias voltou à Pátria. Na noite de 15 de fevereiro de 1869, desembarcou no cais do porto do Rio de Janeiro. Um dos seus biógrafos, Affonso de Carvalho, assim descreve a cena:

“Ali está o maior dos generais brasileiros – o herói da Abrilada, o ex-subcomandante do Batalhão Sagrado, o pacificador do Maranhão, de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande, a espada que garantiu a unidade nacional no advento tumultuoso da Regência, o comandante-em-chefe do Exército que marchou para o Uruguai e a Argentina a fim de levar a cooperação do Brasil para destruir as tiranias de Oribe e de Rosas; o senador do Império; aquele que já foi Ministro da Guerra e Presidente do Conselho duas vezes; e agora, o general que

acaba de, numa série de vitórias fulminantes, levar o Exército nacional à vitória contra o inimigo, esse mesmo Exército que ele encontrara atolado em Tuiuti. E ninguém no cais!

“Nem o representante do Ministro da Guerra, nem do Conselho, nem do Imperador!”

Osório, ao contrário, recebeu as mais merecidas e calorosas recepções ao regressar da guerra, primeiro no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Rio de Janeiro. O Imperador fê-lo Marquês, e a Caxias Duque, o único desse grau fora da família do monarca. Mas Pedro II ainda iria exigir do velho soldado o derradeiro sacrifício. Pretendendo viajar ao exterior, entregou a Caxias, pela terceira vez, a chefia do Gabinete e a pasta da Guerra. E Caxias, viúvo, cansado e desiludido das coisas deste mundo, deixou falar mais alto seu senso de disciplina e sua lealdade ao soberano, malgrado um certo ressentimento mútuo. Aceitou o sacrifício e ainda prestaria relevante serviço ao apaziguamento dos espíritos ao solucionar, pela anistia, a Questão Religiosa.

Por tudo isto, pelo que foi e pelo que fez Caxias pelo trono dos Braganças, é injustificável a ausência de D. Pedro II aos funerais do grande brasileiro. Pouco antes, ele fora ao enterro de um bispo cujo nome a História não registra, tendo mesmo segurado uma das alças do caixão do prelado. As alças do ataúde de Caxias não tiveram a segurá-las mãos tão nobres, mas igualmente dignas, ainda que humildes: “as de seis soldados rasos de bom comportamento”.

